



A Coruña,
19, 20 e 21 de setembro.

Sede:
Facultade de Ciencias da Educación.
Campus de Elviña.
Universidade da Coruña.

Áreas temáticas:

- * Conflicto e mediación en contextos educativos.
 - * Desenvolvemento vocacional e orientación para a carreira.
- * Espazo Europeo de Educación Superior (EEES).
 - * Estratexias de aprendizaxe e intervención psicoeducativa.
- * Formación e transición ao mundo do traballo.
 - * Integración e adaptación á Universidade.
 - * Interculturalidade e educación.
 - * Modelos e dispositivos de formación.
 - * Necesidades educativas especiais e adaptacións curriculares.
 - * Políticas e prácticas de avaliación.
 - * Procesos de adaptación escolar, familiar e social e contextos educativos.
 - * Procesos de aprendizaxe en contextos educativos.
- * Procesos motivacionais e aprendizaxe escolar.
 - * Técnicas de intervención psicolóxica en medios educativos.
 - * Tecnoloxías e comunicación educativa.
 - * Temas transversais do curriculum.



IX congreso internacional 2007 galego-portugués de psicopedagogía

Barca, A., Peralbo, M., Porto, A., Duarte da Silva, B.
e Almeida, L. (Eds.) (2007).

Libro de Actas do Congreso Internacional Galego-Portugués de Psicopedagogía.

A. Coruña/Universidade da Coruña:
Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxía
e Educación.

ISSN: 1138-1663.



O PROJECTO DE REFORMA DO ENSINO SUPERIOR NO MOVIMENTO DA RENOVAÇÃO DEMOCRÁTICA (1932)

Artur Manso
Universidade do Minho – IEP
amanso@iep.uminho.pt

Na presente comunicação propomo-nos apresentar as críticas à Universidade Portuguesa e as consequentes propostas de reforma surgidas na década de 1930 no seio do movimento sócio político reformista e republicano da Renovação Democrática, que teve em Pedro Veiga, Álvaro Ribeiro e Delfim Santos, alguns dos principais proponentes.

Os filósofos e ideólogos deste Movimento foram Álvaro Ribeiro, Delfim Santos e José Marinho, provenientes do escol formado na primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto que tinha sido fundada por Leonardo Coimbra.

A acção do Grupo da Renovação Democrática tomou forma com um trabalho preparatório alargado no campo das reformas políticas, económicas e educativas, coordenado pelos seus colaboradores mais próximos.

Neste espaço trataremos apenas da reflexão que o Movimento nos legou sobre as reformas pedagógicas que, no entender dos seus membros, urgia lançar no seio das Universidades portuguesas de então.

1. Breves notas sobre o Movimento da Renovação Democrática

O movimento da Renovação Democrática, embora não tivesse alcançado grande projecção, reuniu, no seu seio, os mais importantes intelectuais da época, assumindo-se, em pleno exercício da ditadura de Salazar, como Movimento socializante, laico, reformista e republicano, anti liberal e anti corporativo, que em termos doutrinários, queria continuar a desbravar o caminho iniciado pelo escol da Renascença Portuguesa.

Os principais proponentes do Movimento da Renovação Democrática foram Pedro Veiga, Álvaro Ribeiro, António Alvim e Eduardo Salgueiro que assinaram em Lisboa, em 1932, a sua carta de apresentação. Contudo, desde a primeira hora, o Movimento contou com a colaboração de destacados membros como José Marinho, Delfim Santos, Mário de Castro, Domingos Monteiro, Lobo Vilela, entre outros.

Os filósofos e ideólogos do Movimento democratista foram Álvaro Ribeiro, José Marinho e Delfim Santos, que, efectivamente, pertenceram ao escol que a primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto teve o raro privilégio de ajudar a formar. O grande ideólogo desta faculdade foi o seu fundador, o filósofo criacionista Leonardo Coimbra.

Afirmando-se como movimento social e político, a Renovação Democrática suportou a acção reformista a que se propunha nos três Manifestos que lançou, respectivamente, no campo

da organização política, no campo da organização económica e no campo da organização pedagógica que, no entender dos seus membros, mais convinham a Portugal:

“O programa da Renovação Democrática, o primeiro dos três manifestos – o político, o pedagógico e o económico – em que este movimento queria fixar as suas ideias fundamentais, tem o merecimento de dotar, com todo o seu irrealismo, o seu altruísmo humano, o seu fundo utópico, o seu provado amor pelas longínquas conquistas de antiguidade, a doutrina e o pensamento especulativo português numa doutrina original, forte, amplamente arquitectónica, não só portuguesa, mas até mundial. A nossa literatura de ideias não estava habituada a tais cavalarias, acostumada como estava a seguir os dictames das escolas estrangeiras, não só nos domínios da ficção e da poesia, mas até nos da vida superior do espírito” (Veiga, s/d: 18).

O presente trabalho reflecte apenas o campo educativo e, nele, privilegia a discussão em torno da reforma universitária. Convém, ainda, referir que as posições pedagógicas do Movimento surgiram em resposta ao *Inquérito Pedagógico* orientado por Lobo Vilela e divulgado no periódico *Voz da Justiça*, sediado na Figueira da Foz.

2. O Manifesto Pedagógico do Movimento da Renovação Democrática

Em termos educativos o Movimento da Renovação Democrática pretendia proceder a uma reforma total e inovadora desde o ensino pré primário, com o qual já se preocupava, até ao ensino universitário. Reclamando um ensino de massas propunha-se elevar para os níveis dos países ocidentais mais evoluídos a educação e a cultura do povo português.

A equipa pedagógica e científica do Movimento abrangia diversas pastas, a saber: a pasta da Educação, cujo coordenador seria José Marinho; a pasta da Cultura, que ficaria a cargo de Delfim Santos; a pasta das Artes e Letras pela qual seria responsável Adolfo Casais Monteiro. Para Álvaro Ribeiro estava reservada a pasta da Propaganda, que segundo Pedro Veiga seria “...da mais alta importância e ao seu titular era atribuído o título de Magistrado, competindo-lhe velar pela pureza da doutrina democrática e vigiar em todos os sectores (Jornais, Escolas, Academias, Partidos...) para que fosse desvinculada de erros e sofismas” (Veiga, s/d: 26, nota (xxxx)).

O manifesto político dos Democratistas considerava que a Universidade devia ter um importante papel na renovação da sociedade portuguesa. A Universidade de então era por eles entendida como uma instituição política que, em vez de formar, ia deformando as gerações moças. Os seus mentores, de viva voz, proclamavam: “Urge criar a *Universidade Nova* que nos liberte da mentalidade burguesa, que denuncie as falsificações que essa classe utilizou no ensino das disciplinas humanistas e das técnicas políticas e jurídicas” (S/A, 1933: 29).

3. A pedagogia Universitária

A pedagogia universitária que a Renovação Democrática propunha para todas as áreas do saber, tinha uma forte base humanista (cf. Santos, 1982: 379). Outra base para a pedagogia do Movimento em todos os níveis de ensino, era a liberdade. A ser assim não há dúvida que os alicerces da reforma pedagógica defendida por estes intelectuais se encontram no projecto educativo dos renascentes que Leonardo Coimbra esquematizou em profundidade (cf. Manso, 2002, pp. 33-46).

O princípio humanista opõe-se ao princípio da especialização. Encarando o ensino pelo primeiro prisma, estes homens queriam ajudar a formar cidadãos para a vida plena, pois consideravam que sob o critério da especialização, a formação de indivíduos buscava apenas a aquisição de competências que lhes permitiam desempenhar determinadas tarefas para os inserir no mercado de trabalho. A especialização do ensino sem a humanização do mesmo corresponderia a um vazio do próprio ser do indivíduo, tornando-o uma espécie de máquina programada, preparado para render na produção e não se deixar levar pela emoção.

Lobo Vilela criticou o sistema educativo reinante que, em favor da eficácia individual, retirava o indivíduo ao meio em que se inseria: “O maior erro pedagógico de Rousseau foi ter pretendido educar Emílio, longe da sociedade. Kant, Pestalozzi, Herbart e Froebel é que compreenderam bem a importância da educação social...” (Vilela, 1933a: 32).

Os Democratistas que procediam à crítica das Universidades portuguesas faziam-no com experiência própria uma vez que concluídos os seus cursos e após ingressarem no mercado de trabalho, finalmente, percebiam que tinham sido mal preparados quando os ensinaram a acreditar “...cegamente no valor da ciência, uma ciência árida e dogmática, temos o espírito cheio de fórmulas rígidas e ocas, mas não possuímos aquela cultura essencial, viva, humana, indispensável a todo o homem do nosso tempo” (Vilela, 1933a: 9-10).

Álvaro Ribeiro, discípulo de Leonardo Coimbra, quanto à organização da Universidade escrevia: “A organização da Universidade continua a sofrer dos defeitos tradicionais. O clero universitário parece formar uma sociedade secreta; ele tem o invulgar privilégio de impedir [...] que espíritos de audácia revolucionária ingressem nos seus quadros burocráticos” (Ribeiro, 2004: 141). A seguir, criticava duramente a pedagogia dogmática e acrítica que marcava o dia a dia das nossas escolas universitárias. Baseado no critério de liberdade absoluta que colheu junto ao seu mestre, rejeitava a pedagogia universitária por estar sujeita a regulamentos que obrigavam à frequência regular das aulas e à realização de exames, o que, em seu entender, se opunha a um “...estudo livre, ao autodidatismo, ao livre exame, à liberdade de pensamento” (Ribeiro, 2004: 142), qualidades sem as quais seria difícil uma verdadeira formação universitária. Um ensino verdadeiramente democrático não poderia prescindir da liberdade de aprender e de ensinar.

3.1 A crítica às Universidades Nacionais

Estes intelectuais, embora reflectissem a situação da Universidade a partir da realidade portuguesa, não deixavam de reconhecer que a crise universitária acontecia um pouco por todo o lado. Olhando para o país vizinho, a Espanha, tomaram como um dos vértices da sua meditação a obra de 1930 intitulada *Mision de la Universidad*, na qual o filósofo Ortega y Gasset procedeu à crítica da Universidade, apontando, em consequência, alguns caminhos que, em seu entender, permitiriam proceder à sua reforma (cf. Vilela, 1933a: 11 ss.; Ribeiro, 2004; Santos, 1982: 388).

As escolas e nelas as Universidades, continuavam a prender-se demasiado ao passado e raramente, como era sua obrigação, projectavam a sua acção no futuro. Álvaro Ribeiro alertava: "...a Universidade, sob pretexto de imparcialidade, não discute o pensamento actual, nem o seu ensino caminha na direcção do futuro" (Ribeiro, 2004: 141). E do ponto de vista científico lembrava outro membro do Movimento que "A Universidade velha confunde três coisas distintas: *cultura, técnica e investigação*" (Vilela, 1933: 33), esclarecendo um pouco mais à frente que enquanto "A cultura e a técnica incidem sobre o já conhecido e podem ser, por isso, *objectos de ensino* [...] a investigação [...] requer aptidões especiais que raramente se encontram" (Vilela, 1933: 34).

As contundentes críticas que este Movimento dirigia à Universidade Portuguesa, iam ao extremo de alguns dos seus membros proporem a sua extinção. Lobo Vilela escrevia "...quando num país a Universidade deixa de ser o centro dinâmico da vida intelectual, o foco que ilumina toda a vida do espírito [...] só há um caminho a seguir: suprimi-la" (Vilela, 1933b: 39). Guiado pela mesma batuta, Delfim Santos inserindo-se num movimento alargado de contestação às Universidades reforçava este sentimento: "A extinção da Universidade, só por si, valorizará imenso a nossa cultura; desaparecerá assim um valor negativo que inferioriza grandemente os possíveis valores positivos da cultura nacional [...] As reformas não conseguirão nada" (Santos, 1982: 379).

Cingidos à realidade portuguesa da época encontramos nestes intelectuais duas espécies de posições quanto ao problema universitário. Uma tinha a ver com um documento que os catedráticos da Universidade de Coimbra tinham enviado ao ministro que tutelava as instituições universitárias, reivindicando, essencialmente, menos trabalho lectivo e melhores ordenados, bem como outras benesses como a isenção de propinas para os seus filhos. Ao que nos é dito, este documento só não foi assinado pelos professores Joaquim de Carvalho, Aurélio Quintanilha e Vergílio Correia (cf. Salgueiro, 1933: 14)). A outra, prendia-se com a forma como a Universidade se encontrava organizada.

Contra o corporativismo da primeira posição reagiram demoradamente Lobo Vilela (cf. Vilela, 1933b) e Eduardo Salgueiro (cf. Salgueiro, 1933). As respostas à segunda posição, foram mais vastas e intelectualmente mais estimulantes, não se limitando apenas ao apontar dos defeitos das Universidades portuguesas que consideravam estar sob uma forte influência escolástica (cf. Vilela, 1933a: 18 e 37), principal responsável pelo ensino dogmático, verbalista e acríptico que era tão comum em Portugal (cf. Vilela, 1933, 27, 29 e 41).

Álvaro Ribeiro escrevia: “O espírito da Universidade portuguesa é deslealmente hostil às tendências ideológicas do nosso tempo. O catedrático considera-se pertencendo à *elite*, ao clero superior, isola-se na sua torre do tombo, coloca-se acima da política, ignora os desejos do povo trabalhador, não vibra em comunhão afectiva com a sociedade...” (Ribeiro, 2004: 140).

Os professores universitários e a pedagogia que usavam não eram poupados por este Movimento. Vilela lembrava que “Entre nós sucede, porém, que a quase totalidade dos professores universitários carece, em absoluto, de preparação pedagógica, porque oficialmente os consideram dispensados dela. É natural, portanto, que se desinteressem do problema pedagógico” (Vilela, 1933b: 15).

Para obviar a tais dificuldades Álvaro Ribeiro preconizava que a entrada na docência universitária se fizesse de forma livre desde que a pessoa interessada tivesse as devidas aptidões e que após o ingresso na carreira, se se mostrasse incompetente ou se não cumprisse com as suas obrigações, pudesse ser imediatamente excluído (cf. Ribeiro, 2004: 142). Aprofundando as suas ideias, este intelectual, em 1933, afirmava que “Sob o ponto de vista filosófico, isto é, sob o ponto de vista da liberdade de pensamento, o clero universitário é pobre de espírito moderno: os catedráticos católicos, seguindo as indicações do *infalível*, abraçam o neotomismo; os outros procuram no laico racionalismo, no cientismo ou até na metafísica materialista a sua disciplina mental, - todos, em suma, defendem como um dogma a falida e tradicional concepção de verdade e, em consequência, a teoria escolástica do saber” (Ribeiro, 2004: 140).

O Movimento Democratista, perante a conjuntura de então, adiantava, assim, algumas propostas razoáveis para reformar as universidades.

3.2 As propostas de Reforma Universitária

Pelo que acabamos de expor, o ensino universitário existente, numa atitude de algum realismo, era totalmente rejeitado e o Movimento propunha que antes de se pensar em criar outras universidades se reformassem por completo as que já havia para que pudessem ser de facto úteis à preparação de um futuro próspero para Portugal e para os Portugueses.

Eduardo Salgueiro lembrava que “O progresso moral e material dum povo anda intimamente ligado às suas ‘elites’. *Elite* quer dizer *inteligência orientada*. E a Universidade é –

ou deve ser – a nata dessa ‘elite’. Se ela não sugere, não orienta, - não *cria* – é evidente que a paralisia atingirá, até à medula, a colectividade” (Salgueiro, 1933: 25).

Os Democratistas acreditavam que, para se formarem as elites esclarecidas era necessário que a Universidade fornecesse um bom ensino e para tanto teria que contar com professores pedagogicamente bem preparados e cientificamente actualizados.

3.2.1 Quanto à organização

A autonomia universitária que os catedráticos de Coimbra reclamavam para as Universidades, era amplamente combatida por este Movimento. Lobo Vilela expressa que “Se ao estado incumbe dar ao ensino todas as condições de eficiência, pertence-lhe também o direito inalienável de o orientar e regulamentar a actividade docente. O ensino superior não pode ser feudo de uma classe. Ele interessa à Nação e a esta compete regulá-lo” (Vilela, 1933b: 30). Só assim esta instituição poderia procurar a cada momento as soluções mais adequadas para as solicitações da Nação que devia servir, já que, nas palavras de outro membro do Movimento “Uma escola superior não pode atribuir-se o papel exclusivo de fábrica de bacharéis e doutores: deverá, antes, forjar espíritos vivos, apolíneos e viris, e irradiar luz para todos os recantos sombrios da colectividade enferma ou débil...” (Salgueiro, 1933: 19). Mais à frente este autor lembrará ainda que “Quem deseja apóstolos, prepara cidadãos para o nobre e difícil caminho do apostolado” (Salgueiro, 1933: 34). Esta seria a verdadeira missão das Universidades: formar apóstolos do amor ao conhecimento por amor da verdade; apóstolos da justiça, por amor à igualdade; apóstolos da liberdade, por amor à diversidade de opiniões e de ideias; apóstolos da responsabilidade, por amor à humanidade.

Ante tantas críticas Lobo Vilela apelava a uma reforma universitária profunda que implicava “...substituir a actual Universidade por um *instituto Superior de Cultura* reservado à cultura superior e à preparação pedagógica e por um *Instituto de Altos Estudos* onde a investigação científica pudesse desenvolver-se livremente, além das *Escolas técnicas* correspondentes a cada profissão” (Vilela, 1933: 35).

Na linha reformista a nova Universidade e o culto da ciência pura que ia fomentando o individualismo pragmatista e utilitarista nas sociedades ocidentais, tinha que se conciliar com a dimensão humanista da ciência. A ciência deveria ser entendida na transitoriedade e provisoriedade das suas leis, sempre inserida no tecido cultural onde vai germinando. Por isso Lobo Vilela acreditava que a introdução em todos os cursos de via estritamente científica da História da Ciência permitiria “...compreender o seu espírito, mostrando como a ciência se faz, a importância dos factos, a evolução dos conceitos, a complexidade dos problemas, o valor das hipóteses, as causas dos erros, a influência dos preconceitos, a fecundidade dos métodos, o poder do génio” (Vilela, 1933a: 24-25). Com os mesmos propósitos Delfim Santos lembrava

que “O principal defeito no ensino superior de ciências consiste na especialização excessiva e na falta de correlação com o saber total ou cultura” (Santos, 1982: 380). No sentido de ver corrigida esta carência, acrescentava: “A ciência é acção pensante; é função de criação e renovação no mundo intelectual [...] é incessante procura dum acordo entre o homem e o universo e entre o homem e os outros homens” (Santos, 1982: 381).

Mas o que se dizia para as ciências, também se dizia para as letras. Os intelectuais deste Movimento criticavam o facto de as faculdades de letras e de ciências ocuparem quase todo o seu tempo a formar professores para o ensino secundário e para o ensino universitário. Numa crítica profunda e englobante de todo o sistema universitário Delfim Santos esclarecia: “...nas velhas faculdades de letras dominam dois vícios perniciosos e aniquiladores: o filologismo e o historicismo. E nelas, como nas faculdades de ciências, carência de reflexão filosófica sobre o que mais importa: o sentido da cultura e o seu valor de influência social” (Santos, 1982: 383).

Convém lembrar que Delfim Santos apenas considerava universitário o ensino das Ciências e o ensino das Letras e as faculdades que esse ensino viesse a acolher. As outras faculdades, como a de Medicina, Direito, Engenharia, bem como as escolas superiores de Agronomia, Farmácia, Comércio, Belas-Artes, Música, Colonial e Veterinária não deveriam, em seu entender, pertencer à Universidade (cf. Santos, 1982: 376).

3.2.2 Quanto ao funcionamento

O plano cientificamente mais detalhado da nova Universidade que os Democratistas queriam ver instituída foi esquematizado por Delfim Santos, que a dividiu em três faculdades: Filosofia – Ciências - Letras.

Integradas na faculdade de Filosofia deveriam estar as seguintes licenciaturas: Filosofia (para a qual apontava as disciplinas, entre outras mais especulativas, Matemáticas Gerais, Teoria da Experiência Física e Química, Biologia, Sociologia, Psicologia...); Pedagogia (com disciplinas como Filosofia da Educação, Didáctica, Biologia aplicada à educação, Metodologias especiais, Psicologia escolar...); Política e Economia (de que constavam disciplinas como Matemáticas superiores, História Económica, Geografia Económica, Direito Civil, Finanças...); História (que incluiria, entre outras, as disciplinas de Filosofia da História, Sociologia, História Política...). Sobre a constituição da Faculdade de Filosofia Delfim Santos deixou ainda escrito: “O grupo ‘política e economia’ reduziria à unidade os cursos múltiplos e sem conexão professados, até agora, nos institutos superiores de comércio ou Faculdade de Ciências Económicas e Financeiras, os cursos de administração comercial e aduaneiro, professados nestas últimas escolas, seriam transferidos para as escolas médias profissionais, pelo seu inconfundível carácter técnico. Evitar-se-ia assim um ensino de generalidades com o nome de

superior e criar-se-ia o ensino superior e bem orientado do que, até hoje, entre nós, tem sido insuficientemente valorizado” (Santos, 1982: 386).

O ensino das ciências devia ser orientado pela metodologia e epistemologia que mais lhe conviesse, sem descurar a história da ciência. Delfim Santos ia mais longe ao apontar que “Para qualquer das carreiras técnicas exigir-se-ia a frequência preliminar na Universidade da cadeira de filosofia e história da ciência que mais afim fosse com o curso técnico escolhido. Abolição do F.Q.N e dos preparatórios de engenharia a ministrar nas respectivas escolas, etc.” (Santos, 1982: 382). A Faculdade de Ciências albergaria as seguintes licenciaturas: Ciências Matemáticas; Ciências Físico-Químicas; Ciências Biológicas e Ciências Geológicas. Numa visão de conjunto do ensino das ciências Delfim Santos ainda esclarecia que “Nas faculdades de Ciências reunir-se-iam as ciências geológicas com as geográficas e o ensino seria feito em todos os grupos com interesse formativo e não apenas informativo [...] Criar-se-iam novas cadeiras; extinguir-se-iam muitas das que actualmente existem e acentuar-se-ia a orientação filosófica, correspondente a cada domínio do saber científico” (Santos, 1982: 386).

A Faculdade de Letras reuniria as licenciaturas que se seguem: Cultura Clássica; Cultura Românica; Cultura Germânica; Cultura Portuguesa. O ensino ministrado nesta faculdade deveria perder “...o carácter puramente filológico e acentuaria o essencial: a cultura dos povos clássicos, românicos e germânicos em todos os seus aspectos. Desapareceria a licenciatura em ciências históricas e geográficas, associação superficialmente feita pelo legislador [...] o conhecimento da natureza geológica e mineralógica da região. Geografia económica, política e social, ou todos os aspectos da geografia humana, passariam para o grupo – história – da primeira faculdade; as geografias, física, matemática, etc., passariam para o grupo – ciências geológicas – da segunda faculdade, onde este estudo está indicado pela sua grande importância na interpretação dos fenómenos geológicos” (Santos, 1982: 387).

Como este Movimento também tinha uma forte orientação nacionalista, Delfim Santos especificou como deveria ser introduzida a cultura portuguesa nos novos currículos universitários: “No grupo de cultura portuguesa, especialização derivada da filologia românica, estudar-se-ia a nossa literatura, a arte e todos os outros aspectos da nossa evolução histórica, como história dos descobrimentos, da colonização, etc. Todas as manifestações da nossa tendência para a filologia e arqueologia seriam assim bem arrumadas num curso que desenvolveria todas as investigações respeitantes ao País” (Santos, 1982: 387).

Para concretizar as novas práticas lectivas era conveniente que os professores juntassem as qualidades científicas a uma sólida preparação pedagógica que lhes permitisse adaptar os conteúdos lectivos à especificidade do público que frequentava as aulas nos diversos cursos, corrigindo o velho hábito de debitar a leitura acrítica das sebatas que reproduziam a ciência já feita. Por outro lado era necessário que se adaptasse a matéria aos interesses culturais dos alunos e não, como costumava ser feito, aos interesses do professor que a leccionava. Por exemplo, não

faria sentido que os conteúdos programáticos de uma determinada ciência fossem os mesmos para um curso de formação universitária e para um curso de formação técnica. Além do mais, as Instituições do Ensino Superior tinham, ainda, de se afirmar como escolas de alta formação cultural e cívica.

Para a valorização da profissão docente, Delfim Santos defendia que todos os professores e não só os do ensino secundário e superior deveriam ter uma alta preparação pedagógica e filosófica "...com um estágio especial na Faculdade de Filosofia, cuja missão, em parte, seria idêntica à das escolas normais superiores francesas" (Santos, 1982: 387).

Inicialmente, Delfim Santos propunha que os professores universitários fossem "...preparados nos centros especializados do estrangeiro e seleccionados pelo valor dos trabalhos publicados – e não pelas notas brilhantes dos seus cursos -, seriam encarregados, após a nomeação como auxiliares, de conferências públicas bimestrais nos institutos de investigação, formados junto das faculdades, e de conferências de divulgação e propaganda cultural junto do grande público. Só depois de dez anos como professores, sob este regime e tendo, pelo menos, três obras publicadas em que revelassem competência e outras qualidades inerentes à sua função docente, poderiam ser nomeados catedráticos. Nesta nomeação tomariam parte os alunos e os antigos alunos" (Santos, 1982: 388).

Baseado no critério de república democrática que este Movimento vinha defendendo também Álvaro Ribeiro também apresentou algumas condições para que se pudesse aceder às instituições de cultura que estão sob a alçada do Estado, onde incluía a docência universitária. São suas as seguintes palavras: "A unidade de doutrina é condição indispensável da disciplina e da eficiência dos serviços do Estado, e tal condição exige que, nas instituições de cultura, os agentes sejam recrutados somente entre as pessoas que deram anteriores provas de perfeito acordo com a doutrina estabelecida. A vocação e a fé estão integradas no conceito de competência do educador. A quem tiver um ideal de cultura diverso daquele que o Povo escolheu, e que o Estado perfilha, está lealmente indicado o caminho de colaboração com as instituições particulares" (Ribeiro, 2004: 144). Se nos lembrarmos que Álvaro Ribeiro assenta na liberdade absoluta toda a actividade humana, não se compreende muito bem esta posição monolítica a favor do Estado, uma vez que se o Estado não permitir o contraditório e não fomentar a aprendizagem do diverso, como podem os cidadãos que ajuda a formar terem um espírito aberto e livre? Como podem escolher se só lhes dão a conhecer a "ideologia" que o Estado considera ser a melhor? Por outro lado, como vai o Estado absorver os "livres pensadores" formados nas instituições particulares uma vez que não quer partilhar esse ensino no seio da sua estrutura? E caso o Estado opte por esta via, os livres pensadores que ensinem no seu seio, não serão considerados como instigadores da revisão da doutrina do Estado, mesmo que este seja democraticamente eleito?

Em termos da cúpula organizativa das universidades, Delfim Santos propunha que o cargo de Reitor fosse desempenhado por alguém da confiança dos alunos a quem competiria ratificar a sua nomeação, propondo ainda que ao lado do Reitor estivesse sempre "...um representante dos alunos com a missão especial de criar relações imediatas entre professores e estudantes na resolução de problemas administrativos e de orgânica interna" (Santos, 1982: 388). Os alunos também estariam representados nos vários Conselhos da Universidade contribuindo para a boa prática pedagógica e a conseqüente elevação do nível intelectual e cívico do nosso povo. Para este autor o ensino, em todos os seus níveis, deveria ser totalmente gratuito pois só assim se poderia recrutar e formar nas Universidades portuguesas os indivíduos intelectualmente mais válidos, estivessem eles onde estivessem: "A nova organização universitária terá de deslocar o tradicional ponto de apoio da sua antiga congénere. Não poderá continuar a ser a amputação consciente e voluntária do que mais importa: espírito de iniciativa, invenção, acção social e política. A nova Universidade será uma escola de trabalho e terá como únicos meios de selecção aqueles que ponham à prova, não o peso de um saber morto, mas o espírito de iniciativa, de crítica, curiosidade e inquietação pelos problemas do espírito. Ter um curso universitário é estar apto a servir os outros naquilo que as suas capacidades melhor exprimam a utilidade dessa acção" (Santos, 1982: 389).

Este não deixava de ser um apelo de responsabilidade aos jovens da altura a quem eram apontados muitos defeitos, entre eles, a pouca capacidade de trabalho e de iniciativa, bem como o diminuto interesse demonstrado pelos problemas culturais. Assim, combatia-se também aquela ideia já tão antiga da indolência dos portugueses e da pouca apetência que demonstram para as coisas do espírito, apelando-se a uma nova atitude de liberdade responsável dos jovens universitários no sentido de poderem atingir o máximo das suas capacidades. Este Movimento queria que os jovens formados nas novas Universidades pusessem todo o saber adquirido ao serviço da cultura nacional e humana, ombreando com os seus iguais que no estrangeiro se iam dedicando com afinco a uma nova responsabilidade universitária de acordo com a especificidade das solicitações do tempo e do espaço em que se inseriam.

3.2.3 A Filosofia como agregadora de todo o saber

Constatando a falta de formação humanista por parte dos alunos de ciências e a falta de formação científica por parte dos alunos de letras, estes intelectuais defendiam um sistema de ensino universitário que na sua cúpula consagrasse obrigatoriamente o saber englobante que só a filosofia poderia permitir.

Para Álvaro Ribeiro, não existia liberdade de pensamento sem os estudos filosóficos e, segundo ele "Na Universidade portuguesa nem sequer há um curso de filosofia: a filosofia – e filosofia sem metafísica, falsa filosofia – é representada no ensino universitário apenas por

algumas cadeiras anexas ao curso de habilitação dos professores de história. De resto, a musa das faculdades de letras, das faculdades de interpretação de textos, não pode ser senão Clio: todos os estudos dessas escolas convergem para a história, é de historiador o espírito dos seus didactas” (Ribeiro, 2004: 141).

Delfim Santos, indo mais além, propunha que a “...Faculdade de filosofia, escola que, para quem tiver a cultura actualizada e perfeita intuição da vida espiritual, deverá ser a alma da Universidade” (Santos, 1982: 380), quer nos cursos de ciências, quer nos cursos de letras, convencido que estava de que “A ciência, enquanto problemática, é filosofia; as ciências, quando sistematizadas, são o caminhar dirigido pela reflexão filosófica ao longo da natureza” (Santos, 1982: 381).

Para concluir

O movimento da Renovação Democrática, contrariamente ao que era comum na época, elogiou o alto papel que o professor primário desempenhava no sistema de ensino em Portugal, criticando o sistema educativo pelo ostracismo a que votava este nível de ensino em todos os aspectos, considerando os professores primários em relação aos professores dos graus de ensino mais elevados, de estatuto inferior. A crítica não se cingia apenas ao vencimento que auferiam que era muitíssimo inferior ao dos seus colegas dos graus mais elevados, mas também às fracas condições de exercício da actividade e de valorização pessoal e científica de que se encontravam, por decisão superior, arredados.

Os homens deste Movimento reconheciam publicamente o trabalho dos professores primários por considerarem que “Da sua acção pedagógica depende, na maior latitude, a saúde moral, mental e até física da mocidade” (Salgueiro, 1933: 24-25). Era aos professores primários que competia “desbravar inteligências incultas, de ensaiar os primeiros voos de uma vida mental incipiente” (Vilela, 1933: 46). Pugnando por uma efectiva igualdade do estatuto dos professores de todos os níveis, Álvaro Ribeiro preconizava que “Só um critério de especialização pedagógica, e nunca uma escala de graus hierárquicos, poderá traçar distinções entre o professorado: a cultura filosófica, sociológica e pedagógica do professor primário, como a do professor do ensino profissional, deverá ter carácter universitário” (Ribeiro, 2004: 145). Esta foi uma das medidas que os tempos futuros vieram a implementar.

Com mais ou menos nuances os democratistas apresentaram uma reforma pedagógica que passando por todos os níveis de ensino se fixou mais demoradamente nas Universidades, inspirando-se os seus membros no renovado ideário pedagógico que o movimento portuense da Renascença Portuguesa e, no seu seio, Leonardo Coimbra, tinham proposto para Portugal.

Bibliografia

Principal

- S/a [Veiga, Pedro & Ribeiro, Álvaro] (1933). *A organização da democracia – manifesto político da Renovação Democrática*. Lisboa: ed. Autor.
- Veiga, Pedro (s/d). *O movimento da Renovação Democrática ou o novo cenáculo da vida mental portuguesa (1932-1945)*. Porto: Centro Editorial Português.
- S/a (1933). *A organização da democracia – manifesto político do grupo Renovação Democrática*. S/l: Editorial Renovação Democrática.
- Vilela, A. Lobo (1933a). *A crise da Universidade*. Figueira da Foz: Cadernos de Cultura Democratista.
- Vilela, A. Lobo (1933b). *A Universidade falou!...* Figueira da Foz: Cadernos de Cultura Democratista.
- Salgueiro, Eduardo (1933). *O suicídio dos catedráticos de Coimbra*. Lisboa: Cadernos de Cultura Democratista.
- Ribeiro, Álvaro (2004). “Inquérito sobre a Universidade”, in *Dispersos e inéditos*, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 139-145.
- Santos, Delfim (1982). “Linha geral da nova Universidade”, in *Obras completas*, vol. II, 2ª ed.. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 373-390.

Outra

- Manso, Artur (2002). “Leonardo Coimbra e o ‘Problema da educação nacional’” in *Teoremas de Filosofia*, nº 5. Porto, pp. 33-46.
- Domingues, Joaquim (2002). “Filosofia e política no movimento da Renovação Democrática”, in *Actas do Congresso Internacional Pensadores Portuenses Contemporâneos – 1850-1950*, vol. III. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto – Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 371-383.
- Coimbra, Leonardo (1983). “Problema da educação nacional”, in *Obras*, vol. II. Porto: Lello & Irmão, pp. 919-954.
- Coimbra, Leonardo (1983). “A questão universitária”, in *Obras*, vol. I. Porto: Lello & Irmão, pp. 605-627.